
Introdução

Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LGBT

Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira

Introdução

Este livro resulta de um pedido da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género relativo a um estudo intitulado "Discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género" sobre as populações Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros (comumente designadas como populações LGBT) portuguesas no ano de 2009.

Pretendia dar a conhecer questões associadas a este domínio e constituía-se como o primeiro grande estudo alguma vez realizado a nível nacional. Para tal existiam um conjunto de objectivos: (1) Analisar a mudança ocorrida nos discursos institucionais/científicos sobre as questões da Orientação Sexual e Identidade de Género e consequente visibilidade e problematização social; (2) Definir e delimitar os conceitos de Homossexualidade, Transexualidade e outros que estejam articulados teoricamente com a Orientação Sexual e com a Identidade de Género; (3) Captar as representações sociais sobre as pessoas LGBT e indagar sobre a existência de uma hierarquização nas percepções de discriminação de distintos públicos-alvo consoante o Artigo 13º da Constituição da República Portuguesa; (4) Identificar os percursos parentais, de ascendência e descendência, das pessoas LGBT e o seu impacto no exercício da cidadania plena; (5) Auscultar o fenómeno da violência doméstica nos casais LGBT; (6) Conhecer os contextos sociais que promovem e facilitam o aparecimento de fenómenos como a Homofobia, Transfobia, crimes e discursos de ódio relacionados com a Orientação Sexual e Identidade de Género; (7) Traçar um perfil da situação actual das pessoas LGBT, com base nos registos estatísticos oficiais e/ou outros instrumentos, que permitam um aprofundamento do conhecimento desta realidade no nosso país; (8) Delinear o percurso legislativo, nacional, europeu e internacional, relativo à Orientação Sexual e

Identidade de Género, em particular no acesso à habitação, aos cuidados de saúde, ao sistema educativo, à justiça e à aquisição de bens e serviços, identificando potenciais lacunas no quadro legislativo português; (9) Descrever a história dos movimentos LGBT em Portugal; (10) Fazer um levantamento dos estudos sobre Orientação Sexual e Identidade de Género produzidos em Portugal; e (11) Inventariar as organizações que actuam nesta área em Portugal.

A orientação sexual tornou-se um aspecto importante do estudo psicológico da sexualidade humana nos últimos anos (Young-Bruehl, 2010). Até 1970 a pesquisa psicológica sobre a homossexualidade focava-se mais na presunção dos seus aspectos patológicos. Uma mudança significativa ocorreu como resultado de uma concertação de esforços por parte dos movimentos sociais gays e lésbicos e do movimento feminista, assim como de profissionais de saúde mental, que chamaram a atenção para dados empíricos já significativos e que levaram a Associação Americana de Psiquiatria em 1973 a remover a homossexualidade, por si só, da sua lista de transtornos mentais. A partir dessa altura a pesquisa psicológica sobre a homossexualidade passou da preocupação com as causas e patologia para o estudo das características psicossociais e preocupações de lésbicas e gays assim como para o estudo das atitudes sociais para com a população LGBT.

Nos últimos anos tem havido muitas mudanças positivas, mas os efeitos têm sido às vezes limitados e muitas vezes paradoxais. Se existe uma clara assumpção de que a homossexualidade é uma variante natural da expressão da atracção erótica e dos relacionamentos, sendo a adopção de uma identidade gay ou lésbica considerada uma orientação viável e saudável, por outro lado, existem ainda preconceitos e desinformação persistente sobre a homossexualidade com diferentes resultados e consequências, e que podem afectar, por exemplo, a prática terapêutica (Moita, 2006)¹ com gays e lésbicas.

Da mesma forma, nos últimos anos, as atitudes sociais foram afectadas positivamente pelo aumento do poder político e visibilidade de gays e lésbicas (eventualmente mais pela visibilidade de gays) mas continuam a persistir oposições marcantes, estigmatização, discriminação muitas vezes velada ou subtil e em muitos países discriminação flagrante e profunda. Podemos dizer que apesar da atenção crescente da comunidade científica e da luta dos diferentes movimentos pelos direitos humanos e sexuais os resultados são de duplo sentido, isto é, o tornar-se um domínio de maior discussão pública e de luta política e visibilidade científica tanto fez diminuir o preconceito, como também tem feito aumentar a discriminação mais aberta (Young-Bruehl, 2010). No entanto, na generalidade, tem de se admitir que o progresso tem sido significativo.

Desde o início do trabalho de investigação até à apresentação deste livro, ocorreram já mudanças significativas em Portugal, como foi a lei do casamento entre pessoas do

¹ Ver a este propósito a tese de doutoramento de Gabriela Moita referida no capítulo de Miguel Vale de Almeida no ponto relativo a trabalhos no domínio.

mesmo sexo. No entanto, é importante referir que se Portugal celebra em 2010 com esta lei um percurso longo de aquisição de direitos, este ainda não está completo (a questão da adopção está ainda na ordem do dia, por exemplo) nem tão pouco seguramente enraizado na sociedade portuguesa e, por isso, no dia a dia de milhares de pessoas que vivem uma sexualidade não normativa já não patologizada mas ainda estigmatizada.

Pretende-se dar a conhecer esta realidade, apresentando a informação necessária para se poder combater o heterossexismo e a opressão das pessoas LGBT. Acreditamos que a compreensão e o conhecimento relativo às questões associadas à orientação sexual traduzir-se-á necessariamente na promoção de investigação e intervenção não só no campo da psicologia como também noutros domínios, reduzindo deste modo o viés heterossexista e a visão normativa estigmatizante e discriminatória relativa à vivência da sexualidade e do género. Adoptámos uma posição de defesa dos direitos sexuais, necessariamente direitos humanos (Carneiro, 2009) conforme a própria definição adoptada pela *Organização Mundial de Saúde* (World Health Organization, 2008) que refere que eles incluem o direito de todas as pessoas, repudiando qualquer forma de coacção, discriminação ou violência (Toneli, 2008).

Contudo, antes da apresentação dos diferentes capítulos que compõem este livro, consideramos importante apresentar algumas considerações prévias para clarificação dos nossos posicionamentos teórico-epistemológicos e políticos e também para acautelar a possível leitura e generalização abusiva de grande parte dos resultados que aqui serão apresentados. Por isso, apresentamos em primeiro lugar algumas considerações relativamente ao nosso posicionamento, em segundo lugar uma parte dedicada à problemática da diversidade dentro do grande grupo LGBT e, por fim, apresentamos o que consideramos ser a perspectiva teórica (com consequências metodológicas) mais adequada ao estudo destas questões em diferentes domínios que interagem na construção das identidades. Referimo-nos à teoria da interseccionalidade (Nogueira, in press).

Uma das primeiras questões a ter em atenção diz respeito ao nosso posicionamento enquanto **psicólogos/as sociais feministas e críticos/as**. Este posicionamento perpassa todos os capítulos deste livro e explica também as decisões tomadas do ponto de vista metodológico. Por isso entendemos clarificar, ainda que de forma muito breve, o que o nosso posicionamento enquanto feministas e enquanto críticos influenciou o decorrer deste trabalho desde o seu início de conceptualizações teóricas, preparação metodológica, até à sua fase final de escrita.

O nosso posicionamento enquanto feministas, não protagonistas óbvios de um feminismo lésbico, coloca-nos numa posição de auto-reflexão contínua quer sobre as teorizações LGBT ou mais actualmente *Queer* que, no limite podem colocar as questões das "mulheres" em causa, com consequências políticas imediatas importantes, quer sobre as teorizações ou movimentos feministas que centrando-se nas questões mais clássicas reivindicativas dos direitos das mulheres podem esquecer que, por exemplo,

assuntos como maternidade, adolescência, gravidez, trabalho e poder ou violência conjugal possam ser assuntos de mulheres não apenas heterossexuais. Ao actuar deste modo acabam por reduzir o lesbianismo, a bissexualidade ou o transgenderismo ao domínio exclusivo da sexualidade, "assuntos associados com sexo", como bem refere Célia Kitzinger (1996) mas não em relação com todos os outros aspectos de vida da maioria das mulheres.

Tem havido, por tudo isto, em diferentes lugares e contextos, alguma tensão entre os movimentos de mulheres (essencialmente heterossexuais) e o feminismo lésbico (nos países onde ele tem expressão, que não obviamente em Portugal). As lésbicas criticam frequentemente a invisibilidade que lhes é dada quer nos movimentos de mulheres quer dentro da psicologia feminista (Clarke, Ellis, Peel, & Riggs, 2010).

Como mostramos num estudo recente (J. Oliveira, Pena, & Nogueira, in press) realizado no contexto português, as primeiras lésbicas feministas foram assimiladas por um discurso feminista que silenciou o lesbianismo, tendo sido apenas na década de 1990, com o surgimento do movimento LGBT, que as feministas lésbicas encontraram um lugar num movimento que reconheceu as suas preocupações.

Por outro lado, o nosso posicionamento enquanto feministas leva-nos a estar também mais atentos/as a possíveis enviesamentos masculinos dentro da psicologia LGBT. Como referem Victoria Clarke e colegas (2010) muitas psicólogas lésbicas alinham mais com uma Psicologia feminista e outras mais com uma psicologia LGBT enquanto outras, de tão frustradas com o feminismo e com a psicologia LGBT, têm até reivindicado uma psicologia do lesbianismo.

Assim, assumimos o nosso feminismo como importante para a praticabilidade de uma Psicologia LGBT, por diversas razões: porque muitas das pessoas que se assumem como activistas ou estudiosos/as LGBT são informadas pelas variadas (e muitas vezes conflituantes) teorizações feministas e porque não podemos deixar de questionar o género e a sua construção e desconstrução como base fundamental para o estudo da sexualidade e da identidade.

Sendo psicólogos/as sociais feministas, somos também críticos/as, já que assumimos um posicionamento que se distingue das demais perspectivas, especialmente por desafiar as instituições e os valores sociais dominantes, propondo alternativas (Prilleltenski & Fox, 1997). Numa perspectiva crítica, a psicologia deixa de ser uma ciência orientada por uma ideologia universal centrada em problemas individuais, para passar a ser uma ciência comprometida com questões sociais, a partir da análise dos factores estruturais, políticos e culturais (Neves & Nogueira, 2004) que enformam os problemas dos grupos, das comunidades e das populações. A investigação crítica deve, deste ponto de vista, trabalhar as questões do poder, assumindo como objectivo a promoção do poder dos grupos marginalizados e estigmatizados, maximizando a sua participação nos processos de pesquisa (J. Oliveira, Neves, Nogueira, & Koning,

2009). Desta premissa sobressai a valorização das metodologias qualitativas como garantia da difusão das vozes marginalizadas (Nelson & Prilleltensky, 2004). No entanto, não se descarta a possibilidade de utilização de metodologias quantitativas que possam mostrar uma versão da realidade que, por ser de grande escala, espelha, não a diversidade, mas as regularidades que nos processos de invisibilidade ou estigmatização são ainda importantes de viabilizar. Daí termos usado neste grande estudo diferentes metodologias (qualitativas e quantitativas) por considerarmos que ambas permitem visões necessárias e por isso importantes de considerar e utilizar.

Depois de clarificado o nosso posicionamento teórico e metodológico, outra das considerações prévias importantes a afirmar diz respeito à grande temática da **diversidade** (Clarke, *et al.*, 2010). Quando se fala em populações LGBT não se pode esquecer que falamos de um grupo que inclui diferentes tipos de pessoas que partilham alguns aspectos da opressão por via da sua orientação sexual e/ou não-conformidade de género, mas que dentro de cada um destes grupos existem pessoas que são também membros de outros grupos oprimidos ou marginalizados e, por isso, com níveis distintos de poder social (por exemplo as mulheres, as pessoas de grupos raciais não dominantes ou pessoas com deficiências). Por isso, apesar de apresentarmos um conjunto de ideias e conclusões relativas a populações LGBT temos em mente a necessária cautela para evitar generalizações, que podem ser abusivas porque não tomam em perspectiva estas diferenças dentro do grande grupo.

Nos diferentes estudos que compõem este livro, esta cautela é absolutamente necessária. Por razões de exequibilidade no acesso a estas populações, utilizamos a *internet* e os questionários *online*. Ora, sabemos bem que apesar da grande massificação destes meios de comunicação existem ainda muitas populações infoexcluídas, particularmente populações de meios sociais mais desfavorecidos. Por isso, devemos acautelar-nos contra o silenciamento de pessoas LGBT que não são membros do grupo dominante dentro deste grande grupo, evitando definir as experiências de todas as lésbicas ou de todos os gays pelas características, problemas ou necessidades dos membros mais privilegiados e poderosos do grande grupo.

Pessoas pertencentes a um ou mais grupos marginalizados podem experienciar opressão resultante da interseccionalidade dessas pertenças (Nogueira, *in press*). Todas as investigações que referem a problemática da diversidade levam a que se tome em consideração a perspectiva interseccional, já que diferentes identidades são experienciadas não de forma isolada umas das outras, mas como categorias que se sobrepõem, que se combinam para produzir modos particulares de estar no mundo. Se nos focarmos apenas nas identidades de género e sexuais isoladamente de outros aspectos da identidade, limitamos a nossa capacidade para compreender as necessidades complexas da comunidade LGBT em toda a sua diversidade (Riggs, 2007). E há grupos dentro da comunidade LGBT que têm posições mais poderosas do que outros.

Desde que a homossexualidade se tornou um termo que designa uma categoria de pessoas (lembramos que as práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo só foram transformadas em categorias identitárias nos fins do século XIX) a maior parte da pesquisa foi realizada sobre homens e protagonizada por cientistas homens (Lovaas & Jenkins, 2007), o que para além de outras razões explicativas também reflecte a relação assimétrica de poder que caracteriza as sociedades patriarcais.

Entender as intersecções do privilégio e da opressão é um tema central no estudo quer da psicologia feminista quer da psicologia LGBT na actualidade.

Focarmo-nos na diversidade é importante porque permite-nos compreender as limitações de se aplicar modelos particulares de pesquisa e intervenção psicológicas a grupos variados e distintos de pessoas. A maior parte da pesquisa nesta área tem sido conduzida sobre pessoas brancas e de classe média, gays e lésbicas e isso não representa as experiências de todas as pessoas LGBT (Clarke, *et al.*, 2001). Nem tão pouco se pode assumir que os gays e as lésbicas todos juntos formam um grupo coerente e unificado. A pesquisa interseccional nesta perspectiva é ainda muito limitada, mas existem alguns exemplos que permitem reflectir.

Apesar da posição de privilégio dos gays em termos de quantidade de pesquisa, e do facto de viverem numa sociedade que claramente os beneficia enquanto sujeitos do sexo masculino, importa por exemplo falar das pressões que as expectativas de género e a ideologia da masculinidade hegemónica exercem (Connell, 1985, 1987, 2009). Muitos gays brancos de classe média não estão mais livres, comparativamente com os homens heterossexuais, de pressões sociais relativas à masculinidade (Santos, 2009).

Também a classe social produz resultados experienciais muito distintos dentro desta comunidade. Jovens LGBT pobres e sem abrigo estão mais sujeitos a problemas de saúde quer física quer mental, mais expostos a violências várias e mais susceptíveis de caírem na prostituição do que aqueles que vivem em famílias ou meios sociais mais favorecidos. Também o estatuto sócio económico está muito dependente do tipo de emprego que se detém. Devido ao heterossexismo laboral muitas pessoas sentem pressão para dissimularem as suas orientações sexuais mantendo-se "no armário", o que produz níveis mais elevados de *stress*. E se estas situações podem ocorrer em diferentes tipos de emprego, ocorrem particularmente e frequentemente em empregos de baixo estatuto económico e cultural.

Frequentemente pessoas LGBT pertencentes a minorias raciais ou étnicas têm de se confrontar não só com as reacções sociais negativas à sua orientação sexual e/ou não conformidade de género, mas podem experienciar também preconceitos raciais, recursos limitados e aceitação limitada dentro da sua própria comunidade cultural.

Nem todas as culturas vivem a sexualidade do mesmo modo, nem com as mesmas sanções ou privilégios para determinados comportamentos ou orientações sexuais. É necessário questionarmo-nos continuamente e ter uma posição reflexiva, para perceber

quando impomos a nossa conceptualização cultural acerca da sexualidade, do género e da orientação sexual a outros grupos, especialmente se a nossa posição traduz um relativo privilégio ou poder.

Outra componente importante que diferencia a vida de muitas pessoas LGBT tem a ver com o local de residência. A pesquisa tem mostrado que o facto de se viver em meios pequenos, rurais, dificulta pedidos de apoio e acesso a serviços, já que as pessoas ficam com medo de ser reconhecidas, o que prejudica o seu "coming out", aumentando níveis de *stress* e ansiedade. E, muitas vezes, para fugirem destes meios mais fechados tentam chegar às grandes cidades onde são, não tão pouco frequentemente como seria desejável, relativamente expostos e susceptíveis devido à sua pouca experiência de vida urbana.

Como referimos acima, as questões associadas à diversidade levantam a questão de se prestar muito mais atenção à perspectiva **interseccional** que recentemente tem vindo a informar as teorizações feministas (McCall, 2005). A teoria da interseccionalidade pretende examinar como as várias categorias (social e culturalmente construídas) interagem a múltiplos níveis para se manifestarem em termos de desigualdade social. Acredita-se que os modelos clássicos de compreensão dos fenómenos de opressão dentro da sociedade, como os mais comuns baseados no sexo/género, na raça/etnicidade, na classe, na religião, na nacionalidade, na orientação sexual ou na deficiência não agem de forma independente uns dos outros; pelo contrário, essas formas de opressão interrelacionam-se criando um sistema de opressão que reflecte a intersecção de múltiplas formas de discriminação (Azzarito & Solomon, 2005; Browne & Misra, 2003; DeFrancisco & Palczewski, 2007; McCall, 2005; Nash, 2008; Staunaes, 2005).

Reafirma-se a natureza multiplicativa interseccional, chamando a atenção para o entrecruzar de opressões e privilégios (Samuels & Ross-Sheriff, 2008). A recusa da essencialização e a inter-relação entre opressão e privilégio são elementos fundamentais para se compreender a teoria da interseccionalidade. É necessário estar atentos/as e teorizar privilégios e opressões, não como estatutos fixos mas sim como estatutos fluidos e dinâmicos, permeáveis à mudança quer nas opressões, quer nos privilégios, quer nos contextos.

Com esta teoria podemos compreender como pessoas LGBT podem ser ao mesmo tempo vítimas de opressão e privilegiados/as noutras dimensões, o que representa que a sua percepção da vivência da sexualidade pode ser diferente, a sua percepção de discriminação ou de igualdade pode ser desigual dependendo da inter-relação desses diferentes posicionamentos.

Estando atentos/as à diversidade e assumindo a teoria da interseccionalidade como lente explicativa e compreensiva dos fenómenos das identidades e das vivências dos privilégios e das opressões, é possível apresentar resultados, que serão sempre "provisórios", não generalizáveis e que para muitas pessoas podem inclusive estar pouco

próximos das suas vivências do quotidiano. Ou que, outras vivências que não as aqui apresentadas, poderiam ser expostas como mais salientes nas suas vidas.

Assim, e depois de termos tentado posicionar-nos e discutirmos algumas das preocupações que nos assaltam, quando se inicia a escrita de um livro desta natureza, resultado de um estudo de grandes dimensões, apresentamos sumariamente cada um dos capítulos que o constituem.

Os dois primeiros capítulos constituem-se como bases fundacionais e fundamentais para quem pretenda conhecer ou actualizar os seus conhecimentos no domínio das questões LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros). No primeiro capítulo "Orientação Sexual e Identidade de Género: para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e *queer*" João Manuel de Oliveira aborda alguns dos principais trabalhos sobre orientação sexual, essencialmente de raiz psicológica, evidenciando os principais conceitos como orientação sexual categorizada em três dimensões (heterossexualidade, bissexualidade e homossexualidade) a identidade de género, a transexualidade mas também o transgênderismo. As diferentes perspectivas epistemológicas que iluminam o debate sobre o domínio no presente são também apresentadas. Como o próprio autor refere o "capítulo enuncia pois as coordenadas fundamentais que orientaram as investigações subsequentes" e por isso se constitui como um texto fundamental, introdutório, para quem pretende conhecer e/ou consolidar o seu conhecimento sobre estas temáticas.

O autor Miguel Vale de Almeida no segundo capítulo intitulado "O contexto LGBT em Portugal" apresenta-nos o percurso legislativo, nacional, europeu e internacional, relativo à Orientação Sexual e Identidade de Género, em diferentes áreas; descreve a história dos movimentos LGBT em Portugal inventariando as organizações que actuam nesta área; e faz um levantamento dos estudos sobre Orientação Sexual e Identidade de Género produzidos em Portugal.

No terceiro capítulo, "Imagens Sociais de Pessoas LGBT", os/as autores/as Carlos Gonçalves Costa, Miguel Pereira, João Manuel de Oliveira e Conceição Nogueira não só se propõem averiguar e captar as imagens sociais existentes relativamente a pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transgénero e transexuais), como também a indagar e reflectir sobre a existência de uma hierarquização no que respeita às (percepções das) discriminações existentes em Portugal. Pretendem perceber de que forma as pessoas podem estar localizadas relativamente a categorias dominantes, e também auscultar e explorar os contextos sociais que de alguma forma potenciam, facilitam ou legitimam o aparecimento e manutenção de discursos discriminatórios em função de orientações sexuais e identidades de género. Optam por uma abordagem multimetodológica, utilizando questionários *online* e recorrendo ainda a uma análise quantitativa da imprensa portuguesa durante a primeira parte de 2009.

No quarto capítulo, “Pessoas LGBT – Identidades e discriminação” de autoria de João Manuel de Oliveira, Miguel Pereira, Carlos Gonçalves Costa e Conceição Nogueira procede-se a uma caracterização das pessoas LGBT em Portugal. Através do uso de questionários *online*, tenta-se perceber como podem vários graus de discriminação operar em função das vivências e existências LGBT – das diversas orientações sexuais, identidades de género e articulações que daí podem surgir. Desta forma, deseja-se atentar a uma melhor compreensão acerca dos contextos sociais, culturais, políticos, e institucionais que promovem e validam os discursos discriminatórios face a orientações sexuais e identidades de género não normativas. Evidenciam assim, entre outros, uma série de indicadores sobre as vivências identitárias, a percepção de direitos, estigmatizações sentidas e percebidas, atitudes face ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e medidas de abertura em função da orientação sexual.

No quinto capítulo, “Os discursos das pessoas LGBT” de Carlos Gonçalves Costa, João Manuel de Oliveira e Conceição Nogueira pretende-se explorar os discursos das pessoas LGBT. Através do recurso a entrevistas biográficas e à análise temática das mesmas, intenta-se identificar percursos biográficos e os impactos das discriminações no exercício de uma cidadania plena. Pretende-se ainda, dando voz a estas pessoas, reflectir sobre as formas de significação de existências situadas fora de uma matriz normativa heterossexual.

Finalmente no sexto capítulo, “Violência em casais LGB” – estudo preliminar, de autoria de Liliana Rodrigues, Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira pretende-se dar a conhecer o fenómeno de violência doméstica LGB em Portugal, ao mesmo tempo tentar distinguir o por quê da invisibilidade do fenómeno e o que motiva a vítima para a não denúncia. Paralelamente, este estudo pretende mostrar as redes de apoio (ou ausência delas) das vítimas de violência na intimidade LGBT, e ainda propor algumas possibilidades de actuação das entidades governamentais e não governamentais no apoio/atendimento a estas vítimas.

Na conclusão apresentam-se de forma resumida as diferentes conclusões que os diferentes estudos possibilitaram e que justificam um conjunto de recomendações. Por fim, em jeito de projecção de futuro, apresenta-se brevemente, algumas considerações relativas ao caminho futuro deste domínio, quais os desafios e as necessidades de investigação.

Esperamos que a leitura deste livro possa contribuir para um aprofundamento ou conhecimento mais aprofundado da literatura, das leis e associações portuguesas mas também de alguns resultados que são importantes serem discutidos e que nos podem levar a fazer recomendações importantes em vários domínios da acção pública e política.